



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1003983-49.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **Marcela Germano de Arruda Camargo**
Requerido: **Município de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei
nº 9.099/95.

Fundamento e decido.

Trata-se de típica hipótese de responsabilidade objetiva do Município requerido. A Constituição Federal adotou a teoria da responsabilidade objetiva no artigo 37, parágrafo 6º, que determina que “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

A Constituição da República de 1988, adotou a teoria da responsabilidade objetiva da Administração por atos de seus agentes, desde que demonstrado o dano e o nexo causal que justifica a obrigação do Estado de indenizar.

No caso presente, os danos sofridos pelo veículo da autora foram demonstrados pelos documentos juntados aos autos, inclusive demonstrando a necessidade da troca de dois pneus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É evidente a responsabilidade do requerido pelo acidente, uma vez que este resultou de omissão do Município em reparar o buraco existente na via pública, pois incumbe ao Município zelar pela manutenção das vias públicas.

Nesse sentido:

“REMESSA EX OFFICIO – INDENIZAÇÃO – BURACO EM VIA PÚBLICA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ATO OMISSIVO – DANO – NEXO CAUSAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1- Incumbe ao Município respectivo zelar pela manutenção, conservação e sinalização de suas vias públicas, máxime aquelas de tráfego obrigatório por linhas de ônibus urbanos. A falta no cumprimento desse dever caracteriza conduta negligente da Administração Pública e a torna responsável pelos danos que dessa omissão advenham; 2- Estabelecido o nexo causal entre a conduta omissiva e o acidente de trânsito ocorrido, responde o Município pela reparação dos prejuízos daí decorrentes; 3- Improvimento da Remessa Ex Officio. Confirmação da sentença.” (TJAP – REO 0001017-03.2006.8.03.0002 – C.Única – Rel. Des. Raimundo Vales – DJe 16.03.2010 – p. 6).

Assim, não resta dúvida da presença do nexo de causalidade que justifica o dever de indenizar os prejuízos materiais sofridos pelo autor.

Ainda a testemunha Alexandre Zilig confirmou a existência do buraco e a ocorrência dos danos no veículo da autora e ainda esclareceu que poderia, o incidente, ter com ele ocorrido vez que não era possível avistar o buraco de longe bem como dele desviado.

A pretensão do reembolso integral das despesas com o conserto do veículo deve ser acolhida, vez que elas foram comprovadas pelos documentos idôneos juntados e pela testemunha ouvida.

Ante ao exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação para condenar o requerido a pagar a autora a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), atualizada monetariamente desde a data do orçamento e acrescida dos juros de mora legais desde a citação. Com relação aos juros, correção monetária aplica-se o artigo 5º da Lei n.º



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Sem condenação em custas e honorários nesta fase judicial, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95.

Sentença não sujeita a reexame necessário (art. 11 da Lei 12.153/2009).

P.I.C.

Araraquara, 27 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**